

TURISMO CULTURAL: ESTUDO DE CASO SOBRE O FORTE DO ITAPEMA, GUARUJÁ (SP), BRASIL

CULTURAL TOURISM: CASE STUDY ON THE ITAPEMA FORT, GUARUJÁ (SP), BRAZIL

Anelizia Aparecida Batista

Artigo apresentado como requisito parcial para conclusão do Curso Superior de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Cubatão. Orientador: Prof. Dr. Aristides Faria Lopes dos Santos

Resumo

A “Fortaleza de Itapema” ou “Forte do Itapema” é uma das edificações mais antigas do país e uma das mais importantes fortalezas que integravam a defesa das Vilas de São Vicente e de Santos, desde a metade do século XVI. A edificação localiza-se em uma pedra rochosa em posição estratégica à margem esquerda do Porto de Santos para, então, vigiar a movimentação nesta localidade a fim de evitar ou combater ataques de piratas e de corsários. É o único monumento histórico localizado no distrito de Vicente de Carvalho, no município de Guarujá (SP). Com isso, devido sua importância histórica, o complexo foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Na atualidade, entretanto, o “Forte do Itapema” encontra-se em total estado de abandono, sem hipótese de visitação.

Palavras-chave: Turismo; Turismo Cultural; Patrimônio.

Abstract

The “Fortaleza de Itapema” or “Forte do Itapema” is one of the oldest buildings in the country and one of the most important fortresses that were part of the defense of the towns of São Vicente and Santos, since the mid-16th century. The building is located on a rock in a strategic position on the left bank of the Port of Santos to monitor movement in this location to avoid or combat attacks by pirates and privateers. It is the only historical monument located in the district of Vicente de Carvalho, in the municipality of Guarujá (SP). As a result, due to its historical importance, the complex was listed by the Council for the Defense of Historical, Archaeological, Artistic and Tourist Heritage (CONDEPHAAT). Currently, however, the “Forte do Itapema” is in a total state of abandonment, with no possibility of visitation.

Keywords: Tourism; Cultural Tourism; Patrimony.

INTRODUÇÃO

A área de abrangência da pesquisa foi a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), no litoral do estado de São Paulo. Esta região administrativa foi instituída por meio da Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, e é composta pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Itanhaém, Guarujá, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Considerando o contexto pós-pandemia, entende-se que há necessidade de se reivindicar ações imediatas relacionadas ao restauro e revitalização do local e do patrimônio de grande importância histórica e cultural, motivo que o levou ao tombamento em 1982 pelos órgãos responsáveis (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). Visto que já existem uma sucessão de projetos e acordos com órgãos públicos do município de Guarujá e do Estado de São Paulo.

O “Forte do Itapema”, localizado no município de Guarujá, é um relevante marco histórico e seus munícipes não têm conhecimento da sua origem e menos ainda da sua importância no período da colonização do Brasil.

Diferente de outras fortalezas da região, esta edificação se encontra em ruínas, e necessita de iniciativas dos órgãos públicos de restauro para preservação do patrimônio histórico-cultural e turístico.

Há décadas, a fortaleza se encontra em ruínas, deteriorada, abandonada pelos órgãos competentes, visto que há uma sucessão de projetos de restauração e transformação do local para um espaço cultural e abertura para visitação, os quais perduram por anos. Inclusive o “Forte do Itapema” está inserido no “Circuito dos Fortes” da RMBS, podendo ser visto apenas por imagens ilustrativas enquanto não tem respostas e certamente aguardando em breve alguma solução.

Neste contexto, o presente estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Como é feita a administração do “Forte do Itapema”, localizado no distrito de Vicente de Carvalho, no município de Guarujá (SP) na contemporaneidade? Para tanto, procedeu-se estudo de caso com o objetivo de “Caracterizar a administração do “Forte do Itapema”, localizado no distrito de Vicente de Carvalho, no município de Guarujá (SP) na contemporaneidade”.

Os objetivos específicos determinados foram os seguinte: A criação de espaços destinados a atividades culturais, bem como a implantação de um museu, o qual já foi mencionado segundo pesquisas anteriores (1); Revitalização da área verde e seu entorno, onde os visitantes podem também contemplar a vista do porto que também é interessante (2); e Preservar o patrimônio histórico tornando-o acessível para visitação, sobretudo um potencial turístico para o Guarujá e Região Metropolitana da Baixada Santista (3).

As técnicas de coleta de dados implementadas foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e a abordagem do tratamento dos dados coletados foi qualitativa.

O artigo encontra-se estruturado em cinco seções, sendo a primeira a Introdução, seguida pela descrição dos procedimentos metodológicos, o referencial teórico, a apresentação e discussão dos resultados e as considerações finais, além da lista de referências.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo de caso (YIN, 2015) adotou como objeto de pesquisa a “Fortaleza de Vera Cruz” ou “Forte do Itapema”, localizada no município de Guarujá. A pesquisa se configura como descritiva, cuja abordagem do tratamento dos dados coletados foi qualitativa (RAUPP; BEUREN, 2006).

Procedeu-se à pesquisa bibliográfica e pesquisa documental enquanto técnicas de coletas de dados. Foi feita, então, revisão bibliográfica assistemática, com a busca por artigos, livros, teses e dissertações. De modo complementar, buscou-se identificar a legislação alusiva aos assuntos em pauta (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; CRESWELL, 2010).

Este trabalho foi elaborado entre os meses de fevereiro a abril do presente ano. A investigação se deu em fases, as quais tiveram início com a elaboração do respectivo projeto de pesquisa. Inicialmente, procedeu-se à pesquisa bibliográfica assistemática, de modo a se elaborar o referencial teórico sobre o tema central da investigação. As principais fontes de pesquisa foram as plataformas Scholar Google e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), organismo ligado ao Ministério da Educação do Brasil.

Em seguida, foi realizada pesquisa documental, cujo objetivo foi coletar dados sobre o desempenho mercadológico e da ação governamental. Realizou-se, em especial, busca sobre dispositivos legais relacionados ao tema do estudo. Assim, foi feita caracterização do ambiente legal pertinente.

Procedeu-se à busca pela legislação federal, estadual e municipal por meio das bases de dados da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa de São Paulo e da Câmara Municipal do município de Guarujá, respectivamente.

A implementação do estudo de caso organizada em três fases, conforme listadas a seguir:

- **Primeira fase:** pesquisa bibliográfica para a elaboração do referencial teórico, entre janeiro e fevereiro de 2023;
- **Segunda fase:** pesquisa documental para caracterização do objeto de estudo e área de abrangência da pesquisa, ocorreu entre fevereiro e março de 2023;
- **Terceira fase:** abril e maio de 2023.

REFERENCIAL TEÓRICO

Turismo e Turismo Cultural

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) (1994) compreende-se por turismo a atividade de deslocamento de pessoas para destinações diferentes de seu local de origem, e permanência por um período consecutivos superior a 24 horas, porém inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios, entre outros.

No Brasil, a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008) preconiza que o turismo compreende “(...) as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2008).

No turismo existem dois tipos de viajantes sendo eles o excursionista e o turista, sendo definidos da seguinte forma (OLIVEIRA, 2001):

- Excursionista – Pessoas que viajam geralmente para lugares próximos a sua residência, que vão e voltam no mesmo dia, sem ter a necessidade de pernoitar na cidade que visitou, permanecendo no local menos de 24 horas.
- Turista – Pessoas que viajam para lugares longes da sua residência, tendo assim a necessidade de pernoitar na cidade que visitou, permanecendo no local mais de 24 horas e menos de 1 ano.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) define turismo como sendo um fenômeno de aspecto social, cultural e econômico diretamente relacionado com o deslocamento de pessoas para lugares fora do seu ambiente pessoal, seja uma localidade próxima, seja até mesmo outro país.

A essas pessoas dá-se o nome de visitantes, nomenclatura que inclui turistas e excursionistas, residentes ou não residentes. O turismo diz respeito às atividades desses indivíduos assim como às suas despesas com serviços, como transporte, hospedagem e comércio. A motivação das viagens e das atividades turísticas abrange um espectro muito amplo que vai do lazer e recreação à saúde.

A divisão da atividade turística em diferentes classes pode ser feita por meio da intenção do deslocamento, ou seja, tomando como base o motivo que levou a pessoa ou um grupo a sair de sua casa em direção a outra cidade, estado ou país. Com base nesse critério, o turismo pode ser caracterizado como: Turismo de lazer ou turismo de recreação, Turismo de negócio, Turismo religioso, Turismo cultural dentre outros (..).

Especificamente com relação ao Turismo, na Constituição Federal (CF) afirma-se que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 1988, Art. 180).

De acordo com o MTUR, se considera patrimônio histórico-cultural:

Os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. (MTUR, 2010, p. 15).

Destaca-se, por fim, que o Ministério do Turismo (MTUR, 2010, p. 15) afirma que o “turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Patrimônio

O termo “patrimônio” provém do latim *patrimonium* e faz menção ao conjunto de bens que pertencem a uma pessoa, sejam estes naturais ou jurídicos. A noção

costuma ser usada para fazer referência ao que é susceptível de estimação económica embora também possa ser usada de forma simbólica.?

A noção de património, além de ser utilizada para simbolizar, representar e comunicar, também é empregada para agir, construir e formar as pessoas, já que “essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições” (GONÇALVES, 2003, p. 27).

Segundo os autores Soeiro et al (2013), o bem tombado como património não tem sentido único, pois está envolvido no ambiente histórico a que está vinculado e nele é possível percebermos a ação dos agentes políticos para lhe conferir uma memória. “[...] o esquecimento não convida à neutralidade, posto referir-se também à memória do futuro, à definição do que deve ser preservado ou esquecido, lembrado.

Lia Azevedo (2015) enfatiza haver sido com a Constituição de 1988 que, no Brasil, a relação entre Estado e as manifestações populares culturais foi ficando mais estreita, porquanto resta determinado que os entes políticos devem proteger, preservar e conservar o património histórico e cultural local.

Segundo Rodrigues (2001) a partir do ano de 1964, aumentou a intervenção do Estado brasileiro na cultura, e em 1967, surgiu a Carta de Quito, promovida pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA) que foi assinada pelo Brasil. Nela se recomendava que fizesse parte dos planos de desenvolvimento nacional os projetos de valorização do património e que 15 desses fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas. Além do respaldo da opinião pública para o desenvolvimento desses projetos e a cooperação dos interesses privados. Nessa época surgiu o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), voltados para a coordenação das atividades turísticas e o desenvolvimento económico e cultural.

Segundo a EMBRATUR (1984, p. 127), atrativo turístico é “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los [podendo ser] naturais [ou] histórico-culturais; manifestações e usos tradicionais e populares; realizações técnicas e científicas contemporâneas; acontecimentos programados”

Contudo o patrimônio histórico e cultural possui valores e bens culturais que devem ser conservados e preservados, por sua importância e por terem o poder de proporcionar o conhecimento do passado e com isso a compreensão do presente.

O patrimônio cultural é algo que tem importância para a história de um povo, cultura ou nação. Alguns exemplos de patrimônios culturais são: música, culinária, festas, arquitetura, danças, artes, entre outros. É o Estado quem escolhe os patrimônios culturais oficiais de uma determinada região.

O turismo, quando desenvolvido sob o recorte do segmento cultural, especialmente no nicho histórico e patrimonial, pode estimular o estabelecimento de vínculos identitários. Segundo sua perspectiva, Egrejas (2015, p. 248) observa que “o lugar turístico pode ser considerado um lugar de pertencimento para o frequentador e morador”. Dessa forma, a atividade turística pode se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento local, ou seja, da região onde o patrimônio está inserido, sendo assim fundamental para a sustentabilidade do bem.

Segundo Toner (2013), aliado ao lazer e à educação, ele se transforma em um vetor na democratização do conhecimento histórico e na própria preservação do patrimônio.

Fortalezas no Litoral Brasileiro e na Região Metropolitana da Baixada Santista

O processo de fortificação do território brasileiro não difere da forma como ocorreu em outros países do mundo. No Brasil, a construção de fortificações militares esteve relacionada à defesa do litoral e teve por objetivo minimizar os riscos de exposição da costa a assaltos de piratas ingleses, franceses e holandeses que, à época, tentavam a posse das regiões ainda não efetivamente ocupadas por povoações (MORI et al. 2003).

O primeiro registro de construção de uma fortificação em terras brasileiras data de 1532, com a chegada de Martim Afonso de Souza, na Barra de Bertioga, onde ele ordenou edificar uma paliçada de madeira para defender a entrada do canal de Bertioga (BARRETO 1958). E segundo ele no estado de São Paulo existiam dezesseis fortificações concentradas no litoral paulista.

Algumas dessas fortalezas foram construídas com o objetivo de criar um sistema de defesa ao longo do Canal de São Sebastião e em pontos estratégicos fundamentais para defesa das Vilas de São Vicente e Santos, bem como do Porto

de Santos, contra-ataques constantes de piratas, corsários e inimigos da Revolução de 1932 e da II Guerra Mundial.

As fortificações edificadas a base de madeira e terra, com projetos desenhados em planta semicircular, semelhante às fortificações ultrapassadas do Forte de Monteserrat (destruído), “Fortaleza de Vera Cruz de Itapema” (figura 1) e Fortim da Praia do Góes (MORI et al. 2003).

Figura 1: Imagem aérea do Forte do Itapema.



Fonte: Comunidade “Amigos do Forte do Itapema”.

Com a chegada da ferrovia (séc. XIX) e o desenvolvimento do porto de Santos, o porto de São Sebastião perdeu sua importância. Além disso, os engenhos de açúcar do litoral norte entraram em decadência, fazendo com que as fortificações construídas nesse local fossem abandonadas (MORI et al., 2003).

Entre 2000 e 2010, restavam apenas sete fortificações, localizadas na RMBS. As onze fortificações não preservadas, elas foram destruídas, seja por conta do intemperismo, negligência das administrações, para dar lugar ao desenvolvimento da cidade ou, ainda, pela falta de consciência da necessidade de preservação da memória nacional, como ocorreu com diversas outras fortificações (OLIVEIRA, 2004).

Muitas dessas fortificações foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ao longo dos anos, porém, em alguns casos, restaram apenas suas ruínas. Atualmente a maior parte das fortificações perdeu a função de defesa do território e são utilizadas para fins turísticos e educativos.

Com a iniciativa das Prefeituras de Santos e de Guarujá, em parceria com a Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM) e a Fundação do Exército Brasileiro, foi criado o projeto do roteiro turístico cultural “Circuito dos Fortes” em 2004. Onde os visitantes tinham a possibilidade de visitar e conhecer melhor o contexto histórico desses patrimônios, por diferentes enfoques na qual estão inseridos: Arquitetônico, Tecnológico, Político, Econômico, Político, Religioso, Econômico, Militar e Artístico.

Dentre as sete fortalezas edificadas entre os séculos XIV e XX: Fortaleza de Itaipu (séc.XX) Praia Grande; Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (séc.XVI), Guarujá; Forte Augusto (séc.XVII) Guarujá; Fortaleza dos Andradas (séc.XX) Guarujá; “Forte do Itapema” (séc.XVI) Guarujá, Fortaleza do Itapema (séc. XVI) Fortaleza São João (séc. XVI) Bertiooga e o Forte São Felipe (séc. XVI).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Caracterização do objeto de estudo: Forte do Itapema

A construção da “Forte de Itapema” não tem data exata registrada. A fortaleza encontra-se cartografada por Luís Teixeira (Mapa de São Vicente, c. 1573. Biblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa) e por João Teixeira Albernaz, o velho (Mapa da Capitania de São Vicente, 1631. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro). Trata-se, pois, de uma das mais antigas edificações do Brasil, que foi construída com a finalidade de proteger o Porto de Santos de possíveis invasores (WIKIPEDIA, 2024).

A fortaleza foi erguida em uma única rocha do lado esquerdo do estuário, mais precisamente no antigo bairro do Itapema, hoje, distrito de Vicente de Carvalho, foi levantada com grandes blocos de pedra, óleo de baleia e cal de sambaquis (PORTAL DO SÃO FRANCISCO, 2024).

Por volta de 1638, a fortaleza foi reconstruída por ordem do comandante Torquato Teixeira de Carvalho, com o reforço de 8 peças de artilharia. Era a 3ª muralha fortificada construída na região, sendo possível avistar toda a vila de

Santos, a fortaleza passou por sucessivas épocas de abandono, reconstrução e reformas. Em 1670, seu capitão era o paulista ilustre Pedro Taques de Almeida, que executou sua primeira ampliação. Entre 1735 e 1738, foi novamente reconstruída e aparelhada com artilharia de grosso calibre, os últimos canhões avistados sobre a muralha datam de 1.850 quando a Fortaleza foi desarmada, passando a servir como depósito até julho de 1883, quando sofreu violento incêndio que o arruinou (PORTAL DO SÃO FRANCISCO, 2024).

No início do séc. XX, a Intendência Geral da Guerra, do Ministério da Guerra (1905), entregou o imóvel aos cuidados da Alfândega de Santos, que a partir de 1908 mandou construir um posto de fiscalização, com uma torre dotada de holofotes, para melhor iluminação do estuário e combate ao contrabando. Os compartimentos do terrapleno foram aterrados, e as meias muralhas desapareceram para dar lugar a um gradil de ferro. Segundo a historiadora Ruth Passos Monteiro, à época da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Forte guarneceu o canal do estuário, após o conflito tendo sido utilizado como Posto Médico, cujas instalações foram totalmente destruídas por um novo incêndio em 1976 (WIKIPEDIA, 2024).

O imóvel foi tombado em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), órgão do Governo Federal do Estado de São Paulo. Já ao final de 1999, foi anunciado um projeto de restauração e revitalização das instalações do forte e seu entorno, um acordo entre a Prefeitura Municipal de Guarujá (PMG) e Secretaria da Receita Federal. O projeto de restauração já havia sido aprovado pelo CONDEPHAAT, devendo ser as obras iniciadas em 2002, com prazo de oito meses para a conclusão.

Um novo termo de compromisso em dezembro de 2016, entre a prefeitura de Guarujá e a Receita Federal, as tratativas haviam se iniciado há oito anos no início da gestão, então na época, a Prefeita Maria Antonieta de Brito. O inspetor chefe da Receita Federal e uma equipe da prefeitura fizeram uma vistoria no equipamento.

A Receita Federal seria responsável pelas obras de restauro do espaço, cabendo à prefeitura viabilizar o projeto. Após a conclusão da obra, o uso da área seria compartilhado, o município deveria implantar o Parque Histórico do Itapema, que abrigaria também o museu do mesmo nome. A Proposta seria utilizar a fortaleza e o farol para a atividade turística. A parte histórica ficaria com a Prefeitura e o espaço voltado a área naval continuaria sendo utilizado pela Receita Federal para suas funções aduaneiras (RL, 2016).

A Secretaria Municipal de Cultura e a Receita Federal seriam responsáveis junto aos órgãos competentes, como a AGEM e ao Condephaat para aprovação do projeto e início das obras.

A administração do “Forte do Itapema” foi concedida à PMG em junho do ano de 2020 em ato firmado entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a PMG, representada pelo prefeito Válter Suman e o então Secretário Municipal de Cultura, Marcelo Nicolau.

Devido ao fato ocorrido de pandemia do coronavírus ainda surgiu uma publicação onde a população poderia acompanhar todo o processo de transformação e revitalização do local, bem como o avanço das obras no local em tempo real através do site www.vivacult.com.br uma ferramenta disponibilizada pela Secretaria de Cultura (Secult), mas por mais vez não procedeu o que foi publicado.

Das publicações mais recentes, precisamente no início do ano, em 21 de janeiro de 2021, o Prefeito Valter Suman recebeu a equipe da Universidade Católica de Santos (Unisantos) para discutir detalhes do projeto de estudo arquitetônico e urbanístico desenvolvido por esta universidade.

Entende-se que se faz necessário apontar o andamento atual acerca do “Forte do Itapema”, objeto de estudo desta pesquisa pós pandemia, foram iniciadas as primeiras fases de revitalização no ano passado no período de 05 de maio a 11 de agosto de 2022 e a mais recente neste ano, em abril de 2023, conforme publicações no Diário Oficial da Cidade do Guarujá.

A PMG já começou a revitalização das vias do entorno do Forte da Vera Cruz de Itapema, em Vicente de Carvalho. A infraestrutura de acesso ao local, assim como o equipamento, está sendo remodelada. Estão sendo executados serviços de recapeamento, calçadas, guias e sarjetas e acessibilidade na Rua Itapema e Travessa Itapema (RL, 2023).

A respeito do equipamento histórico sob análise, o projeto inclui intervenções nos acessos externos, jardins e passeios, restauro dos balaústres e guarda-corpos. Também está prevista a reconstrução do muro, serviço de pintura e a instalação de refletores com lâmpadas de LED para melhorar a iluminação e dar um maior destaque para o local. O portão de entrada será substituído e o espaço ganhará uma guarita nova para melhor controle de acesso e monitoramento.

Os jardins também serão renovados por meio do plantio de grama e algumas espécies arbóreas, como pitangueira, manacá-da-serra e dracena. O projeto não

prevê a realização de alterações na edificação, já que é uma das construções mais antigas do Município e patrimônio histórico tombado. A revitalização terá investimento de mais de R \$1,5 milhão, recurso do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) (RL, 2023).

O secretário municipal de Infraestrutura de Obras, explica que serão mantidos os materiais existentes atualmente, refazendo e recuperando o que for necessário. “O local tem um potencial turístico que deverá ser explorado, unindo um visual lindo a um pedaço da história da região”.

O “Forte do Itapema”, junto com outras edificações históricas do Município, fará parte do roteiro “Os Fortes da Ilha do Dragão”, que contempla a visita às fortificações da Cidade (RL, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse estudo, constatou-se que embora haja uma sucessão de tratados e de projetos referentes à reforma e abertura para visita da fortaleza, a esperada revitalização do equipamento ainda não ocorreu.

Com a realização da pesquisa verificou-se que a experiência de Bertioga, com o restauro do Forte São João, pode ser um exemplo de projeto bem-sucedido recentemente quando ela concorreu juntamente com o Forte São João (Bertioga), concorrente ao título de “Patrimônio da Humanidade” pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco, 2019).

O tema escolhido para a realização desta investigação se mostrou relevante, pois o Turismo Cultural se mostra como segmento turístico promissor para os municípios que compõem a RMBS. Neste sentido, o “Forte do Itapema” poderia ser utilizado como um atrativo turístico e cultural, tanto para turistas quanto para residentes.

REFERÊNCIAS

AGEM. AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA. **Guia Circuito dos Fortes**: da costa da mata atlântica (2005). Disponível em: <<https://www.agem.sp.gov.br/circuito-dos-fortes/>>. Acesso em: 20 maio 2024.

ALESP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1996/lei.complementar-815-30.07.1996.html>>. Acesso em: 20 maio 2024.

ALMEIDA, L. F. O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação. **Revista da Cultura**, v. 4, n. 11, p. 20-23, 2007.

AMIGOS DO FORTE DO ITAPEMA. **Comunidade na rede social Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/amigosdoforteitapema/>>. Acesso em: 20 maio 2024.

BARRETO, A. **Fortificações do Brasil**: resumo histórico. Editora Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1958.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 20 maio 2024.

CASTRO, A. H. F. **Estudos históricos sobre o forte de São Joaquim do Rio Branco**. IPHAN. Rio de Janeiro, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DL. DIÁRIO DO LITORAL. **Começa a revitalização do entorno do Forte do Itapema**. (2023). Disponível em: <<https://www.diariodolitoral.com.br/guaruja/comeca-a-revitalizacao-do-entorno-do-for-te-do-itapema/167168>>. Acesso em: 21 maio 2024.

DL. DIÁRIO DO LITORAL. **Prefeitura e Receita assinam termo para revitalizar Forte**. (2016). Disponível em: <<https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/prefeitura-e-receita-assinam-termo-para-revitalizar-for-te/92591/>>. Acesso em: 21 maio 2024.

GARRIDO, C. M. **Fortificações do Brasil**. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Veneza, 1964**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2024.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lista indicativa 2015 para o Patrimônio Cultural da Humanidade**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1609/>>. Acesso em: 20 maio 2024.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial**. Brasília: Iphan, 2013.

MARTINS, G. A. THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORI, V.H.; LEMOS, C.A.C.; CASTRO, A.H.F. **Arquitetura militar**: um panorama histórico a partir do porto de Santos. Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003.

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). **Turismo Cultural**: orientações básicas. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-cultural-orientacoes-basicas.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2024.

MUCIVUNA, V. C.; DEL LAMA, E. A.; GARCIA, M. G. M. **Aspectos geológicos, históricos e estado de conservação das fortificações da Baixada Santista, Litoral Paulista**. Revista do Instituto Geológico, v. 37, n. 1, p. 29-48, 2016.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização**. São Paulo, Atlas 2001.

OLIVEIRA, M. M. **As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil**. Fundação Gregório de Mattos: Salvador, 2004.

OLIVEIRA, R. C. **Informação técnica sobre as perspectivas de socialização do patrimônio histórico roraimense contidas no projeto “Memória do Forte São Joaquim do Rio Branco”**. Informação técnica nº 003/2011 DT/Superintendência Estadual de Roraima/IPHAN, 2011.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Guarujá: uma cidade com muitas opções**. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/guaruja>>. Acesso em: 21 maio 2024.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: (Org.). BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS JUNIOR, J. C. As fortificações brasileiras como ícones de patrimônio, turismo e desenvolvimento social. **Em CEAMA**, n. 11, 2014.

SANTOS, A. F. L. **Competitividade no setor de viagens e turismo: estudo de casos múltiplos na Região Metropolitana da Baixada Santista**. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade)– Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2015.

SECOMANDI, E. R. **Educação Patrimonial: Fortes, Fortalezas e integração nacional**. (2010). Disponível em: <www.secomandi.com.br>. Acesso em: 20 maio 2024.

SOUSA, A. F. **Fortificações no Brasil**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5.140.

TONERA, R. O banco de dados mundial sobre as fortificações e suas contribuições para o turismo como guia. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 1, n. 1, p. 53-64, out. 2013.

UNESCO. **Lista Indicativa do Brasil, caracterização**, 2015. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5997/>>. Acesso em: 20 maio 2024.

WIKIPEDIA. **Forte da Vera Cruz de Itapema**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki?curid=1333141>>. Acesso em: 21 maio 2024.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.